

O PODER DO COMUM: COMUNIDADES NARRATIVAS, COMUNICAÇÃO DE VIDAS

Raquel Alvarenga Sena Venera¹
Maureen Bartz Szymczak²

RESUMO

o Museu da Pessoa, como fomentador de comunidades narrativas, escancara tanto as vidas encarnadas em suas diferenças quanto o mais ordinário e humano: a própria linguagem. Esse artigo busca analisar o poder que existe nesse comum, na comunicação de vidas humanas. Refletimos sobre a operação do poder no ato de quem narra sua própria história, o poder incontestável do testemunho.

PALAVRAS-CHAVE: IHistórias de Vida. Poder. Comunidades narrativas.

THE POWER OF THE ORDINARY: NARRATIVE COMMUNITIES, COMMUNICATION OF LIFE

Abstract

the Museum of the Person as developer of narrative communities both incarnate lives in opens wide their differences as the more ordinary and human: the language itself. This article seeks to analyse the power that exists in this joint statement of human lives. We reflect on the operation of power in the act who tells your own story, the power of testimony.

Keywords: Life stories. Power. Narrative communities.

Introdução

Desde a década de 1990, quando o termo ciberespaço foi criado, já se tinha a ideia de que a comunicação entre as pessoas não seria mais a mesma. A interconexão mundial dos computadores intensificou e visibilizou a potência da comunicação humana de tal forma que o termo ciberespaço considera não apenas a infraestrutura material e tecnológica que permite esse tipo de interação comunicacional, mas também as informações produzidas e especialmente as pessoas que as produzem, consomem, navegam e retroalimentam essa rede. O Museu da Pessoa, fisicamente localizado na cidade de São Paulo e virtualmente parte desse ciberespaço, é contemporâneo da invenção desse termo. Trata-se de uma instituição colaborativa, sem fins lucrativos, que abriga hoje 18 mil histórias de vidas de pessoas comuns. Mesmo que os entrevistados possam ser conhecidos, como ex-presidentes da República, astros da música, entre outros, não são as excepcionalidades de suas vidas o centro das atenções, mas antes sua

humanidade que os faz compor as coleções com outros ilustres desconhecidos e, naquele lugar, tão protagonistas quanto.

Um museu que destaca o ordinário da vida ao comunicar todas as Histórias de Vidas como patrimônios culturais, portanto, como tesouros dignos de serem preservados; coloca em questão os valores patrimoniais que justificam os processos de patrimonialização de bens culturais. Este artigo³ é um recorte da pesquisa em andamento, intitulada 'Histórias de Vida e Patrimônio Cultural: desafios do Museu da Pessoa no Brasil'⁴, que questiona se histórias de vidas do Museu da Pessoa podem ser valorizadas e afirmadas como Patrimônio Cultural. A pesquisa busca analisar os sentidos que as histórias de vida assumem no ciberespaço e tem por objetivo problematizá-las buscando entendê-las como patrimônios culturais no jogo do reconhecimento de memórias e identidades no contexto contemporâneo.

Afirmar que as pessoas comuns podem ser agentes de sua própria história não é algo novo. O Instituto Museu da Pessoa, idealizado pela historiadora Karen Worcman,

possui uma relação de herança com as produções advindas da História Social e da História Cultural e do compromisso de ouvir e incluir as experiências cotidianas das pessoas na História. Trata-se de uma filiação a epistemologias históricas propostas especialmente no período pós-guerra e que colocam em rasura a História oficial, contada para salvaguardar os feitos de sucesso dos grandes personagens da economia e da política dos Estados-Nação. Foram formas experimentadas no século XX pelo campo da História, de responder a uma espécie de colapso da ideia de verdade absoluta nas ciências humanas e sociais e expressas como uma tendência que se materializou no que ficou conhecido como *École des Annales*, ou ainda as conhecidas Nova História, na França, e a Nova Historiografia Marxista, na Inglaterra, ou ainda da História do Tempo Presente.

Essas tradições, embora bastante diferenciadas, tanto na sua gênese quanto em seus desdobramentos de ações ao longo da historiografia do ocidente no século XX, comungam de um bem cuja herança foi, além da crítica ao positivismo, dar à História uma mudança paradigmática e de procedimentos de investigação, ou seja, a ampliação das fontes históricas conferindo, também, ao cotidiano onde a vida acontece, um lugar diferente da alienação. Ou ainda, de um ângulo em que a sua materialidade e suas finalidades, de fato, destaquem-se na História: a partir dessa ruptura que se afirma que as Histórias das Vidas das pessoas comuns são constituidoras e constitutivas da História. Vale a pena destacar, no caso específico da *École des Annales*, que essa se fez a partir de 'gerações' de historiadores e apenas a partir da terceira geração as entrevistas orais foram entendidas como fonte histórica.

Herdeiro dessa tradição, o Museu da Pessoa, também como filho do seu tempo, produto e produtor do ciberespaço, é ativista midiático quando faz proliferar memórias que contrapõem a História oficial, quando faz funcionar valores patrimoniais que contrapõem aqueles que convencionalmente se elege para preservar as excepcionalidades de uma cultura. Queiroz (2017) utiliza da classificação de Vegh (2003)⁵ para conceituar o ciberativismo, ou o ativista midiático, em três categorias que claramente são observáveis no Museu da Pessoa. São elas: a) a promoção de uma causa; b) a organização e mobilização pela internet e c) o suporte on-line. No caso do Museu da Pessoa, observa-se que promovem, a partir da contraposição à História oficial, ou a uma grande narrativa, um argumento que funciona como uma causa a favor do acolhimento de todas as memórias pessoais que explicitamente quebram com a ideia tradicional do que é História e Patrimônio. E argumentam de forma muito consciente e irrefutável a importância de preservar as formas de vidas humanas. Também trabalham com formação de narradores e coletadores de Histórias de Vidas em rede a partir do uso da produção de uma tecnologia social sistematizada pelo museu chamada Tecnologia Social da Memória e oferecem apoio on-line para os grupos envolvidos e sensíveis com essa causa.

As narrativas de vidas publicadas no museu são registradas através de projetos de memória desenvolvidos pelo Museu da Pessoa em empresas, escolas, comunidades e

pelas pessoas que desejam ter suas histórias preservadas no acervo do Museu, podendo registrá-las através do portal do instituto⁶ ou no estúdio do próprio Museu. Parte do acervo é também formado por narrativas (auto)biográficas registradas através de pesquisas parceiras, acadêmicas, institucionais ou de outra procedência que são doadas ao Museu. São muitas as narrativas (auto)biográficas que relatam histórias de vidas das mais diferentes pessoas, que possuem em comum especialmente o compartilhamento de sua narrativa em um museu. Em todas as (auto) biografias se observa o empoderamento do narrador para falar sobre si.

Quem é esse sujeito que se narra? Ninguém mais do que ele mesmo é investido do poder de se comunicar aos outros. O ciberespaço se torna um lugar privilegiado para as (auto)narrativas, nas mais diversas linguagens, em forma de textos curtos ou longos, selfies e outras fotos. O hábito de se representar em imagens nos espaços públicos – seja em forma de pinturas dos nobres nos séculos XVI e XVII ou coleções de porta retratos nas salas de estar em tempos mais recentes, ganha outra dimensão depois do advento das redes sociais. A mesma hiperdimensão acontece na construção e no consumo de biografias, seja dos grandes homens, políticos ou modelos referenciais de civismo em séculos anteriores, seja na curiosidade pela vida dos astros de TV no século XX e XXI. O hábito de narrar-se tornou algo possível para as pessoas comuns depois do advento da internet. As pessoas querem narrar-se, acreditam que têm algo a dizer sobre a sua diferença em relação aos outros sete bilhões de humanos. Mas, ao fazer isso, também compartilham de comunidades narrativas que proliferam no ciberespaço.

Em uma rápida passagem pelo site do Museu da Pessoa é possível observar registros de superação das mais diversas – como problemas de saúde, violência doméstica; de conquistas sociais, como a casa própria, a formatura em cursos superiores; o registro de modos de vida que afirmam uma identidade ou militam a favor de uma inclusão social, como as prostitutas, os trans, os travestis, os índios, ciganos, quilombolas, poetas das ruas, donas de casa que fizeram a diferença, moradores de comunidades, entre outros. Em todos os casos, de diferentes formas ou intensidades, existe um arranjo de tempo e memória, um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida.

Ao elaborar uma narrativa de si o sujeito se faz visto, projeta como quer ser visto no presente, costura lembranças a partir de um tempo presente transbordado de horizontes de expectativas sobre um mundo que deseja no futuro, visibilizando passados que parecem reconciliados na narrativa. A afirmação de que as Histórias de Vidas são Patrimônios Culturais carrega um entendimento de que os arranjos de narrativas sobre si são lances no jogo político da memória.

Esse poder do testemunho consagrado nas Histórias de Vidas é o tema desse artigo. Utiliza-se dos argumentos de Foucault (2014) para perceber a operação do poder como exercício que atravessa todos os sujeitos horizontalmente, incluindo o poder do narrador sobre sua história, o poder incontestável do testemunho. A partir da obra 'As palavras e as coisas' (FOUCAULT, 2007), busca-se perceber como funciona a representação da vida nas histórias narradas. Questiona-se a construção de uma vida ausente na narrativa da história. O que se faz ver na

narrativa é a imagem de uma vida, a vida em si estará sempre ausente. A narrativa possui a função representativa de uma vida? Concordando com a ideia de 'ilusão biográfica' (BOURDIEU, 2006), cabe perguntar se as narrativas são representações ou criações de vidas ausentes a partir do poder investido no enunciado do testemunho. Compreende-se que a contemporaneidade apresenta mudanças na formação de identidades em um fluxo de deslocamentos no jogo político da memória. Neste sentido, questiona-se o Museu da Pessoa como parte que prolifera no ciberespaço capaz de proporcionar aos sujeitos a construção de narrativas de vida mais ou menos coerentes, com lembranças organizadas em uma ilusão de estabilidade. Nesta perspectiva, questiona-se também o museu como espaço gerador de empoderamento do sujeito na contemporaneidade. Seria o museu um lugar político de sujeitos comuns?

A partir desse contexto de pesquisa, este artigo está organizado em três momentos: primeiramente se apresentam algumas reflexões acerca do entendimento de poder e como ele está relacionado à narrativa enquanto testemunho; em seguida são enfatizadas as reflexões em torno da representação da vida nas histórias narradas; por fim, são apresentadas as reflexões provisórias sobre esse momento da investigação, articulando considerações sobre o Museu da Pessoa com as questões movidas anteriormente.

Os questionamentos levantados neste artigo, assim como as reflexões provocadas, fazem parte de uma pesquisa que se encontra em andamento. Antes de querer encontrar respostas que resolvam estas questões, o que se propõe neste momento é problematizar as discussões em torno das histórias de vida, enquanto narrativas autobiográficas no ciberespaço, na busca por ampliar as análises possíveis desse estudo.

Poder e testemunho

Beatriz Sarlo abre o segundo capítulo de seu livro 'Tempo passado' refletindo sobre "[...] a primazia do subjetivo e o papel a ele atribuído na esfera pública" (SARLO, 2007, p. 23). No decorrer dos parágrafos a autora apresenta esta primazia através do lugar de testemunho que o sujeito encontra aberto a partir da década de 1970 (em decorrência de eventos políticos ocorridos nos países latino-americanos), quando este testemunho se converte em um relato de grande impacto para além dos limites judiciais, alcançando as esferas culturais e ideológicas. A partir de então se teria um 'sujeito ressuscitado' que, através de "[...] testemunhos, histórias de vida, entrevistas, autobiografias, lembranças e memórias, relatos identitários" (SARLO, 2007, p. 38) destaca um presente profundamente subjetivo.

Neste campo de subjetividade, "[...] um movimento de devolução da palavra, de conquista da palavra e de direito à palavra se expande, reduplicado por uma ideologia da 'cura' identitária por meio da memória social ou pessoal" (SARLO, 2007, p. 38-9). Nesta perspectiva, encontra-se um sujeito atravessado por um poder em ação que o coloca, de um lado, como um sujeito que conquista o direito de se libertar através do testemunho, e, de outro, como um 'instrumento de verdade'. A sustentação de uma Verdade é perturbada pela emergência de verdades subjetivas, que partem de um sujeito que na pós-modernidade se torna cognoscível. Esse movimento é hiperdimensionado no contexto do ciberespaço e funciona como ferramenta do ciberativismo.

Tendo em vista que o poder é uma prática social e, desta forma, estabelecida historicamente, ela só acontece na ação (FOUCAULT, 2004, p. 175), observa-se um poder que se espalha e que está distribuído por toda a sociedade, agindo nos lugares e nas pessoas, sendo capaz de construir novas formas de relação, respondendo a novas necessidades e realidades. Neste sentido, os agentes cognoscíveis da rede de Histórias de Vida do Museu da Pessoa são encontrados adentrando um espaço de fala, assumindo o poder do testemunho, passando do 'não-dito' a um lugar de afirmação de verdade.

Desta forma, ter-se-ia um novo autor no espaço social da memória? Foucault (2014, p. 25) apresenta o autor não como indivíduo que fala ou escreve, mas como "[...] princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência". Neste caso, seria possível encontrar um sujeito cognoscível, narrador de si, que estaria expandindo o espaço de autoridade do testemunho, apoiado por uma 'função do autor' prescrita no presente, que se estabelece "[...] pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu" (FOUCAULT, 2014, p. 27-8, grifos do autor)? Partindo deste questionamento, pressupõe-se que este autor testemunho assume, através da memória e dos relatos de memória, uma função de 'cura' identitária, como se refere Sarlo (2007) a um sujeito que no presente é passível de conhecimento e se reconhece enquanto sujeito que fala, possuidor de uma verdade.

Foucault (2014, p. 8) supõe que "[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos". Da mesma forma em que indica que "[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2014, p. 10). O sujeito participa, desta forma, de um conjunto de práticas que envolvem o registro das narrativas de memórias, que o colocam em um lugar autorizado do testemunho. Este lugar que autoriza sua fala como uma verdade – o Museu da Pessoa é um desses lugares – é onde o sujeito se empodera em uma emergência de produção de si. É este lugar de empoderamento que o legitima enquanto sujeito da fala.

No entanto, em relação aos sujeitos que falam, Foucault (2014) apresenta as 'coerções do discurso' como uma força, um poder determinante que seleciona estes sujeitos e os qualifica através da prática de um ritual. Desta forma, não estaria este sujeito subordinado a uma prática ritual que lhe autorizasse fazer uso desse lugar de testemunho? Entende-se a prática ritual como o conjunto de práticas que partem de um saber institucionalizado, que possui o domínio dos fazeres discursivos. No jogo de poder as práticas discursivas da 'cura' identitária forçam o sujeito que, involuntariamente, adentra o campo de subjetividades do presente.

A instituição – pode-se tomar como exemplo o Museu da Pessoa ou a academia através da pesquisa científica, os livros de biografias entre outros –, assume o lugar de prática desse ritual. Através da escuta, através da chamada para que esses sujeitos produzam suas narrativas de memórias, mantém a "coerção do discurso" ou como e o que pode ser dito (FOUCAULT, 2014) e determina os sujeitos que falam e todos "[...] os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve

acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 37). Ainda que no ciberespaço se proliferem outras instituições alternativas às já existentes, o ciberativismo conta com uma margem de estabilidade argumentativa pautada nas instituições já existentes. Neste sentido, este novo autor do espaço social da memória participa da construção de um discurso que estabelece o testemunho como ‘cura’ identitária e coloca o sujeito em exercício de poder na medida em que restitui sua fala como locus de verdade.

Para Foucault (2004) o poder não se encontra nas instituições ou aparatos do Estado ou nas formas de violência e dominação de um grupo hegemônico sobre outro subjugado. Salienta o autor que o poder “[...] nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. [...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2004, p. 103). Deste modo, compreendendo que as práticas discursivas estão atreladas ao exercício do poder, esse sujeito autor-testemunha é interpelado e assim regulariza um discurso o qual ele mesmo evoca quando se empodera deste lugar de fala autorizada sobre si. Nesta direção, concorda-se com Antoun (2015) quando ele fala das subjetivações no ciberespaço. Ele diz:

Pensa-se na constituição de uma relação consigo de um sujeito através da exploração de técnicas de si historicamente constituídas que se compõem com técnicas de dominação também datadas. Nessa hipótese o sujeito emergiria no entrecruzamento de uma técnica de dominação e uma técnica de si (ANTOUN, 2015, p. 71).

Voltando a Foucault (2014, p. 50), ele afirma que “[...] deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”. É possível compreender então que o sujeito, ao narrar sua história através de um programa institucionalizado, neste caso os projetos do Museu da Pessoa, participa de uma prática – no entrecruzamento das técnicas de dominação e legitimação existentes e as técnicas de si – que sustenta seu lugar como novo autor no espaço social de memória. Esta prática assumida pelo Museu da Pessoa tem base em um presente caracterizado por uma intensa dimensão subjetiva, que demonstra que “[...] o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirma-se como sujeito” (SARLO, 2007, p. 39). Esta seria então uma prática que regulariza, no espaço social de memória, o testemunho como locus de verdade. O acontecimento que provém desse discurso é a abertura de um espaço de fala autorizado, que empodera o sujeito na prática da produção de si. Esse acontecimento, que parte de um lugar de saber institucionalizado, ritualiza em forma de discurso as práticas de poder assumidas pelo sujeito autor-testemunha e,

São esses mecanismos de poder que fazem falar, tornam possíveis e induzem as produções de verdade e, de igual maneira, são as produções de verdade que “legitimam” os efeitos de poder, promovendo a formação

de uma íntima relação entre saber e poder, poder e saber (GUSSO, 2008, p. 31).

Frente a estas considerações, o poder do narrador sobre sua história, o poder incontestável do testemunho, é um poder do comum que circula, como em uma rede, que encontra, nas condições de possibilidades do presente, sua materialidade. Quando este sujeito testemunho se empodera do lugar de fala, quando autoriza que sua fala se torne pública, também age coercivamente sobre as instituições de saberes e também as regulariza enquanto um lugar de saber, que agora se articula respondendo a cesuras que colocam o próprio sujeito em uma “[...] pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2014, p. 55). Encontra-se, então, uma nova condição de sujeito autor-testemunha, que participa da história, que constrói o espaço de sua participação?

Foucault (2014, p. 25) apresenta que “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Desta forma, este acontecimento não é o que é narrado – no caso específico do museu, o narrado é a vida mais comum – mas sim o impacto do discurso sobre o narrar-se – o ativismo não só por dizer que todos são agentes da História, mas também por impactar os valores de excepcionalidade dos patrimônios culturais e a formação de comunidades narrativas no ciberespaço. Muito além das palavras que falam, está no ato de narrar-se, de produzir-se enquanto sujeito produtor de verdades, o poder que carregam enquanto testemunho.

Representação e narrativas de vida

Sarlo (2007), ao apresentar a ‘primazia do subjetivo’ e a função que esta assume na esfera pública no presente, não deixa dúvidas de que estamos falando do sujeito e da experiência. Experiência capaz de tornar reconhecível uma verdade e a fidelidade do acontecimento que o sujeito enuncia como testemunha (SARLO, 2007). A partir deste entendimento, a autora apresenta várias perguntas, que também servem de apoio quando se questiona como funciona a representação nas histórias narradas. Entre elas:

Que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre firmeza do discurso e a mobilidade do vivido? [...] Há algum sentido em reviver a experiência ou o único sentido está em compreendê-la [...] Deve prevalecer a história sobre o discurso e renunciar-se àquilo que a experiência teve de individual? (SARLO, 2007, p. 23-4, grifos da autora).

Para Benjamin (1987, p. 198), a experiência como algo transmitido de ‘boca a boca’ estaria em vias de extinção e, “[...] a faculdade de intercambiar experiências” teria se anulado a partir da Grande Guerra. O que Sarlo (2007) observa a partir da colocação de Benjamin é que a experiência se ausentou tanto como ‘relato do vivido’ quanto como ‘fato compreensível’, provando que entre experiência e relato se estabelece uma relação inseparável. A autora sugere que

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável,

isto é, no comum (SARLO, 2007, p. 24, grifo da autora).

Pierre Bourdieu abre seu texto ‘A ilusão biográfica’ (2006) indicando que falar em história de vida, entendendo o alargamento deste campo do testemunho em narrativa de si, autobiografias, relatos identitários e memórias, já pressupõe o entendimento de que a vida é uma história. Entendimento que sugere reconhecê-la como um trajeto, caminho, uma linha contínua de acontecimentos que insinua a tentativa de imprimir um sentido de existência na narrativa. Frente a esta possibilidade, o autor esclarece posteriormente que

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência [...] (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Os relatos de uma vida seriam uma insistência em apreender a identidade, como ‘constância em si mesmo’, de um sujeito cognoscível que, ao reconhecer-se, torna-se previsível. Da mesma forma que a história se constrói amparada por uma série de instituições de “[...] totalização e de unificação do eu” (BOURDIEU, 2006, p. 186), que a concebem em uma linearidade estável.

Neste mesmo sentido, Benjamin (1987) faz crítica ao romance, quando afirma que, a partir de seu surgimento, a experiência se desloca do ato da fala. Neste deslocamento, nessa separação do corpo, o sentido de experiência se desfaz em um ‘sentido da vida’, sugerido através da linearidade e da sucessão de eventos que a descrevem (BENJAMIN, 1987, p. 197-221). Nesta perspectiva, a experiência representada não seria capaz de revelar o ato vivido.

A partir desta compreensão, é possível afirmar que a narrativa possui a função representativa de uma vida? Beatriz Sarlo apresenta as ideias de Paul de Man⁷ sobre a escrita autobiográfica salientando que, para este autor, não haveria possibilidade de construir qualquer correspondência entre o relato de uma vida e o ato de viver. A autobiografia seria um ato ilusório sobre a tentativa de conceber a vida como uma referência de estabilidade de um sujeito temporalmente unificado. Conforme conclui Sarlo (2007, p. 31): “Não há sujeito exterior ao texto que consiga sustentar essa ficção de unidade experimental e temporal”.

Novamente referenciando Paul de Man, Sarlo (2007, p. 31) indica que “[...] a consciência de si não é uma representação, mas a ‘forma de uma representação’, a figura que indica que uma máscara está falando”. Desta forma, sugere que quem se narra não é o sujeito que vive, mas sim um sujeito que lembra o que viveu e reconstrói o ato vivido através de uma narrativa que lhe dá sentido no momento presente da fala. Desta forma, a história narrada seria muito mais um ato de criação de uma vida ausente, ocultada na narrativa.

Bourdieu (2006) esclarece que, a partir do romance, reconhecido como nova expressão literária, a representação surge como ‘história coerente e totalizante’. Fato que implica em uma ‘filosofia da existência’ decorrente dessa convenção retórica, autorizada por mecanismos sociais que concebem a “[...] experiência comum da vida como unidade e

como totalidade” (BOURDIEU, 2006, p. 185). O que resulta, através do uso recorrente desta estrutura retórica, autorizada pelas diversas formas institucionalizadas do ‘falar de si’, é um ato quase impensável de que só é possível apreender a experiência do vivido através da “[...] unidade de um relato totalizante” (BOURDIEU, 2006, p. 186).

Mas, se a experiência vivida escapa qualquer tentativa de imprimi-la através de relatos de memórias, ou em uma representação linear de uma história de vida, o que se encontra nas vastidões das autobiografias não são experiências vividas. Por mais que se denomine a experiência como algo inerente ao testemunho, de forma que é através deste que a experiência se torna comunicável, as narrativas de vida se apresentam mais como criações de vidas cheias de sentidos de experiências.

Estar-se-ia, então, diante da presença de vidas ausentes? A representação de uma vida sugere restituí-la como uma presença diante da ausência de um sentido de unidade linear histórica, que não se ensaia no ato de viver. A experiência do ato de viver, íntima do corpo que o experimenta, só acontece enquanto presença, quando o sujeito se lança sobre si como observador-objeto. Logo, esta experiência que não cabe na história totalizadora e unificadora do eu é ausente de sua lógica e se torna presente através da narrativa do testemunho.

Conclusão

O Museu da Pessoa abriga hoje em seu acervo mais de 18 mil depoimentos em formato de narrativas autobiográficas. São registros de histórias de vida das mais diversas pessoas da sociedade. Um dos seus objetivos é “[...] contribuir com a democratização da memória social reconhecendo o valor da história de vida de toda e qualquer pessoa”, e acreditam que “[...] toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social” (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199). Com esse argumento de sustentação da causa incluída da memória de todos, utiliza-se do ciberespaço para proliferar como um ciberativista ou um grande ouvido do mundo (WORCKMAN, 2017).

Discussões em torno da memória no ciberespaço colocam a perspectiva de que a experiência contingencial do presente provoca revisitações às lembranças de um passado a partir das expectativas de futuro, construindo algo múltiplo e dinâmico na tensão entre o individual e o social, que é a presença do ‘eu’ no mundo. Candau (2014, p. 89) fala que a memória é sempre viva e que “[...] o conteúdo da narrativa é [...] uma negociação entre certa representação do passado e um horizonte de espera”. Desta forma, percebe-se que a memória está sempre atrelada ao espaço social por onde o sujeito transita.

Se a narrativa fornece a construção de uma identidade, de um sujeito temporalmente unificado, através da ilusão da vida como algo contínuo e estável, ela se vale do movimento de recordar, de colher lembranças e unificá-las. Este movimento de recordar cria um quadro de memórias palpáveis, em uma estrutura de pensamento que garante certa estabilidade do sujeito na esfera social. A partir desse movimento, a memória é acionada através de uma demanda do presente, em uma negociação frequente entre o sujeito e a esfera social onde transita.

Pollak (1989) apresenta a memória em um jogo de disputa onde a construção das narrativas se faz no ato político. Em ‘Memória,

esquecimento, silêncio’ descreve a ênfase do testemunho em privilegiar as ‘memórias subterrâneas’, aquelas minoritárias ou excluídas, que no jogo das representações não incorporaram as memórias coletivas hegemônicas, as memórias nacionais. Desta forma, entendendo que a construção de uma memória está atrelada ao espaço social, o que o Museu da Pessoa vai chamar de memória social (WORCMAN; PEREIRA, 2006), sua construção se faz a partir de um jogo político através de arranjos de memórias. O ciberativismo se vale dessa proposta. Michel Pollak entende que

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (1992, p. 204 apud WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 203).

O autor instrui para o entendimento de que, antes de se considerar o desaparecimento dessas memórias subterrâneas, deve-se observar que as lembranças que participam de suas construções, por mais que mantidas no silêncio durante muito tempo, se mantêm vivas “[...] até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e a reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Diante desta consideração, questiona-se se é possível analisar o Museu da Pessoa como um espaço público de jogos políticos de memórias, silenciadas, esquecidas, que do lugar de ‘não-dito’ passaram a um lugar de afirmação, um ciberativismo. Compreende-se que é possível pensar em uma trama de memórias se configurando a partir de lembranças que perpassam as memórias nacionais, as memórias coletivas construídas nos discursos públicos, e adentram as camadas de memórias ‘subterrâneas’ que se colocam presentes e disponíveis em um novo cenário político de memória. Neste sentido, é-se movido a pensar o Museu da Pessoa como um espaço político no ciberespaço, de sujeitos comuns, ou seja, um espaço de socialização de histórias de vida criadas por ‘toda e qualquer pessoa da sociedade’. Ou ainda, usando um termo de Antoun (2015), um espaço na ‘internet das subjetivações’. Essas subjetivações se fazem no entre lugar; por um lado, um lugar institucionalizado pela História, pelo método de coleta de História Oral de vida que foi inspiração para a criação da Tecnologia Social da Memória e, por outro, as tecnologias de si, as narrativas de memória que organizam uma amostragem de existência.

Compreende-se que as narrativas de memória aproximam os sujeitos de uma comunidade narrativa capaz de sustentar suas identidades socialmente e de forma contingencial. Neste sentido, acionar as narrativas de vida como representações pode ser um caminho de fortalecimento às identidades sociais e/ou identificações possíveis, principalmente àquelas reivindicadas por grupos que, no processo de construção das memórias sociais, percebem-se excluídos. O Museu da Pessoa, ao proporcionar um espaço de liberdade de fala, fornece mecanismos institucionais de poder aos sujeitos, que se valem das práticas discursivas que este processo produz, capaz de garantir-lhes espaço de fortalecimento e criação de identidades

permeadas por anseios contingenciais do presente. No entanto, estas memórias que o colocam em exercício de poder de uma verdade sobre si, longe de representar a vida em uma totalidade e unicidade, recriam-nas ao ponto mais semelhante àquele ao qual o sujeito pretende se mostrar. Ao fazer isso, ao mesmo tempo em que expõe sua diferença também compartilha o comum humano com a potência da linguagem e da comunicação. No jogo político das memórias, que se estabelece na contemporaneidade, compreende-se o Museu da Pessoa como um espaço que, ao mesmo tempo em que impulsiona a criação de narrativas de vida, as empodera no estabelecimento de um novo cenário político da memória social.

Compreender os sentidos que cercam o Museu da Pessoa, entendendo-o como um espaço que tem por objetivo realizar o registro e a preservação de histórias de vida de qualquer pessoa da sociedade, e que hoje possui milhares de narrativas em seu acervo, demanda que se debruce sobre algumas possibilidades de análise. Os questionamentos e reflexões provocadas neste artigo estão em discussões permanentes durante o andamento da pesquisa ‘Histórias de Vida e Patrimônio Cultural: desafios do Museu da Pessoa no Brasil’. Antes de querer afirmar qualquer resposta, objetiva-se problematizar as histórias de vida enquanto narrativas autobiográficas, buscando entendê-las como patrimônios culturais ou, ainda em reflexão, a possibilidade de afirmar que compõem parte do ‘patrimônio comum da humanidade’. Como as Histórias de Vidas mobilizam o poder humano mais comum a todos, que é a linguagem, a comunicação, e, a partir dessa ferramenta, a constituição de comunidades narrativas. Para isso, as considerações movidas neste artigo contribuem para uma melhor compreensão de como elas se articulam na contemporaneidade, como são atravessadas por relações de poder e fornecem sentidos de representatividade.

1. Raquel Alvarenga Sena Venera

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2009)
Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2003)
É vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), com estágio Pós-Doutoral na Université Lille 3 - Sciences Humaines, Lettres et Arts, U. LILLE 3, França (2017).

2. Maureen Bartz Szymczak

Mestranda e bolsista do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

NOTAS

3. É importante registrar que parte das reflexões deste artigo foram apresentadas no XIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, ENECULT, 2017, e publicadas nos Anais do mesmo encontro. Naquela ocasião as discussões provocadas apontaram novas reflexões às discussões acerca dessa escolha, as quais foram acrescentadas a este artigo.

4. Esta pesquisa possui financiamento do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), da Universidade da Região de Joinville (Univille) e vínculo com a pesquisa '(Auto)biografias e subjetividades: o outro de si mesmo na Esclerose Múltipla', no Edital Universal MCTI/CNPq n° 01/2016.

5. A obra citada por Queiroz (2017) é: VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotest against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.) Cyberactivism: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.

6. Disponível em: <<http://www.museudapesoa.net/>>.

7. Beatriz Sarlo cita, em nota de rodapé, o artigo de Paul de Man, 'Autobiography as de-facement', *Comparive Literature*, v. 94, n. 5, dez. 1979.

REFERÊNCIAS

ANTOUN, Henrique. **Para uma internet política das subjetivações**. Revista Eco Pós, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 69-76, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-91.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Michel Foucault e a constituição do sujeito. In: _____, **O Princípio da culpabilidade e a produção de sujeitos**. 2008. 197 f. (Dissertação de Mestrado em Direito) Universidade Federal do Paraná, 2008. <Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14223/modelo%20completo%20da%20dissertacao.pdf?sequence=1>> Acesso em 11/12/2017

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. <Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em 19/05/2016.

QUEIROZ, Eliane de Fátima Covem. **Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais**. Revista Panorama, Goiânia, v. 7, n. 1 p. 2-5, jun. 2017 <Disponível em [file:///D:/Users/Home/Downloads/5574-17466-1-PB%20\(3\).pdf](file:///D:/Users/Home/Downloads/5574-17466-1-PB%20(3).pdf)> acesso em 12/10/2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007.

WORCMAN, Karen. **Entrevista concedida a Maureen Bartz Szymczak e Raquel Alvarenga Sena Venera**. São Paulo, 13 jul. 2017.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada: memória, rede e mudança social**. SESC-SP. Museu da Pessoa. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2006.